



asociación de economía para  
el desarrollo de la argentina

### III CONGRESO ANUAL

## **"Consolidación del modelo productivo. Propuestas para la nueva década"**

29, 30 y 31 de agosto 2011

Trabajo: A relação entre a economia argentina e as políticas  
econômicas recomendadas pela CEPAL na década de 1990

Autor: Pedro Henrique Evangelista Duarte (Doutorando em  
Desenvolvimento Econômico pelo Instituto de Economia da  
Universidade Estadual de Campinas – IE/UNICAMP)



asociación de economía para  
el desarrollo de la argentina

**Resumo:** O presente trabalho tem como objetivo realizar uma discussão acerca das políticas de desenvolvimento e do desempenho da economia argentina ao longo dos anos 1990, buscando compreender em que medida as políticas adotadas no país, durante esse período, são convergentes com as políticas de desenvolvimento recomendadas pela Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL). A escolha da Argentina como estudo de caso se justifica no fato de ter sido um dos primeiros países latino-americanos a adotar as políticas neoliberais, ainda nos anos 1970, sendo por isso não apenas um país no qual a economia reflete os efeitos gerais dessas políticas, mas especialmente uma das experiências concretas para a avaliação da revisão pela qual passam as políticas recomendadas pela CEPAL para os países da região a partir da década de 1980. Assim, para a realização da pesquisa, são consideradas, de um lado, as mudanças no pensamento cepalino desde o seu surgimento até os dias atuais e, de outro, as transformações ocorridas na economia argentina como resultado da implementação das políticas neoliberais.

**Palavras-chave:** CEPAL, Argentina, desenvolvimento econômico, políticas neoliberais.

**Resumen:** En este trabajo se pretende realizar un análisis de las políticas de desarrollo y del desempeño de la economía argentina durante la década de 1990, tratando de comprender en que medida las políticas adoptadas en este país siguen las políticas de desarrollo recomendadas por la Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL). Elegimos Argentina como caso de estudio por el hecho de que fue uno de los primeros países de Latinoamérica a adoptar políticas neoliberales, ya en la década de 1970, y por lo tanto no sólo un país donde la economía refleja los efectos generales de estas políticas pero sobre todo una experiencia concreta para la evaluar la revisión hecha por la CEPAL en sus políticas a partir de la década de 1980. Por lo tanto, para la investigación, se consideran, por un lado, los cambios en el pensamiento de la CEPAL desde su creación hasta nuestros días y de otro, los cambios que ocurren en la economía argentina como consecuencia de dicha aplicación de políticas neoliberales.

**Palabras clave:** CEPAL, Argentina, desarrollo económico, políticas neoliberales.



asociación de economía para  
el desarrollo de la argentina

## Introdução

A CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe - uma das cinco comissões econômicas regionais das Nações Unidas (ONU), foi criada em fins da década de 1940 a partir da percepção da desorganização do quadro das economias a nível mundial, especialmente no que dizia respeito às relações entre países centrais e periféricos. O objetivo da Agência era coordenar políticas direcionadas à promoção do desenvolvimento econômico da região latino-americana e caribenha e ações encaminhadas para sua promoção, reforçando as relações econômicas dos países membros, tanto entre si como com as demais nações do mundo. Nas suas primeiras décadas, em especial dos anos 1940 aos anos 1960, a CEPAL funcionou como uma escola de pensamento, produzindo reflexões que apontavam para a necessidade de superação da condição periférica dos países da América Latina. Essas reflexões sustentaram propostas de política de desenvolvimento alternativas à ortodoxia dominante nos Estados Unidos e Europa, sendo por isso considerada inovadora, embora não contestasse a ordem social capitalista.

Contudo, a instabilização internacional iniciada nos anos 1970 – ocasionada pela queda da institucionalidade de Bretton Woods, crise do petróleo e a política norte-americana de fortalecimento do dólar - culminou em uma série de crises e desarranjos das economias latino-americanas na década de 1980. A partir de então, a política econômica dos países da região passou a priorizar a estabilização em detrimento do crescimento, fazendo com que as políticas de desenvolvimento ficassem subordinadas à política macroeconômica.

Com a crise do desenvolvimentismo, já na década de 1980, a própria CEPAL passa por uma reestruturação em seu pensamento, com o objetivo de tentar enquadrar sua análise ao novo contexto da economia internacional e ao novo quadro no qual se inseria os países latino-americanos. O pensamento neo-estruturalista - como ficou conhecido o corpo teórico dessa nova fase cepalina - propunha a dar resposta a questões de curto prazo das economias periféricas, em especial pelo fato da efetivação da política industrializante recomendada pela CEPAL clássica ter resultado em economias protecionistas, ineficientes e inflacionárias. Além disso, buscava também a consolidação de uma nova estratégia de desenvolvimento a longo prazo, estratégia essa ausente desde que os países da região se lançaram em políticas de estabilização e abandonaram os planejamentos desenvolvimentistas.

Especificamente sobre a Argentina, o marco histórico da análise se situa na década de 1970, quando o país, sob regime militar, implementou um programa econômico de cunho ortodoxo, nos marcos do que viria a ser conhecido como neoliberalismo. Os desdobramentos desta opção foram de aprofundamento da crise, tanto na dimensão política quanto na econômica. Houve instabilização aguda da economia com imposição de sucessivas tentativas de políticas de estabilização ao longo dos anos 1980. Estas circunstâncias alteraram a correlação das forças sociais, resultando na implementação de políticas neoliberais mais radicais que aquelas verificadas nas décadas anteriores.



## asociación de economía para el desarrollo de la argentina

Partindo desse quadro geral, a proposta do presente trabalho é realizar uma investigação sobre as políticas de desenvolvimento implementadas e o consequente desempenho da economia argentina, que dêem suporte às hipóteses sobre a natureza das políticas de desenvolvimento recomendadas pela CEPAL nos anos 1990 – qual seja, de que tais políticas se orientavam mais no sentido de promover a estabilização dos países da região do que incentivar medidas para o crescimento econômico. Assim sendo, o objetivo central da pesquisa é analisar em que medida as políticas econômicas implementadas na Argentina ao longo dos anos 1990 se enquadram dentro do conjunto de medidas recomendadas pelo CEPAL para o mesmo período. A justificativa para a abordagem do tema está, de um lado, no fato de que a CEPAL, historicamente, exerceu uma influência significativa na elaboração das políticas econômicas dos países da região, sendo por isso uma referência em termos da formulação e condução da política macroeconômica; e, de outro, no fato de que há, claramente, uma aproximação entre as recomendações da CEPAL e o conjunto de políticas neoliberais a partir da década de 1990, políticas essas que, no caso da Argentina, são de fundamental importância para a compreensão de todo o desenrolar dos acontecimentos políticos, econômicos e sociais no país. Assim, entender o contexto econômico e social argentino dos anos 1990 é elemento básico e fundamental para a compreensão da política econômica atual.

A análise que se segue sustenta-se em três hipóteses. A primeira delas é que as mudanças nas recomendações de política de desenvolvimento feitas pela CEPAL interferiram nas políticas implementadas na Argentina, desde os anos 1980, legitimando parte das ações que já vinham sendo realizadas desde os anos 1970. A segunda é que houve primazia das ações macroeconômicas sobre as demais ações realizadas no âmbito das políticas de desenvolvimento adotadas pela Argentina. Por fim, que as políticas de desenvolvimento implementadas no país foram incapazes de alterar estrutural e favoravelmente a inserção do país na divisão regional e internacional do trabalho.

O texto será estruturado em quatro partes. A primeira parte trata da economia da Argentina a partir da década de 1970, dentro do qual é realizada uma breve caracterização da economia durante as décadas de 1970 e 1980, como forma de contextualizar o ambiente econômico do início da década de 1990. A partir dessa caracterização, é feito um balanço do desempenho da economia na década de 1990 com apresentação das reformas e dos planos de estabilização.

A segunda parte discorre sobre o pensamento da CEPAL, contendo três tópicos. No primeiro, é feita uma apresentação do pensamento clássico da agência - predominante nas décadas de 1950 e 1960. No segundo, discute-se a nova concepção de política de desenvolvimento da Agência nos anos 1990. E, por fim, no terceiro são apresentadas as principais orientações para planificação de políticas de reestruturação econômica para este mesmo período. Na terceira parte, é feita uma análise do grau de aderência das políticas econômicas implementadas na Argentina às políticas recomendadas pela CEPAL. Finalmente, são apresentadas as conclusões gerais.



asociación de economía para  
el desarrollo de la argentina

## **1. Uma análise da economia argentina na década de 1990<sup>1</sup>**

No final da década de 1980 – e dadas as circunstâncias e conseqüências da crise dos anos 1970 – os países da América Latina passaram por um processo de mudança nas concepções ideológicas e práticas de políticas de desenvolvimento. O roteiro das mudanças nestas políticas é traduzido pelo Consenso de Washington, com ênfase na abertura comercial, desregulamentação financeira e estabilidade monetária. No entanto, Chile e a Argentina já haviam antecipado essas mudanças ainda na década de 70, sob a liderança de regimes militares.

Na Argentina, entre os anos de 1976 a 1983, o Regime Militar efetivou um programa econômico de cunho extremamente ortodoxo, em cuja base havia políticas de congelamento de salários, abertura comercial e financeira, liberalização dos preços e controle monetário ativo. O resultado do ingresso do país no novo padrão de acumulação dependente neoliberal foi a exposição da indústria à concorrência internacional desigual, ampliação do endividamento privado e público e intensificação da entrada de capitais externos especulativos. Todo esse processo culminou em crise, com baixas taxas de crescimento, ampliação do desemprego, precarização do mercado de trabalho, desindustrialização e financeirização da economia, impondo a necessidade de reversão nas reformas. Em seguida, ainda nos anos 1980, o governo Raúl Alfonsín apostou em uma política econômica heterodoxa para resolver os problemas herdados. Porém, a tentativa redundou em hiperinflação e falência das funções do Estado. É nesse contexto que são criadas as condições para a implementação das políticas neoliberais.

### **1.1 Neoliberalismo e crise: O governo Menem**

#### **1.1.1 As reformas estruturais**

Com a eleição de Carlos Menem para a presidência, em Maio de 1989, inicia-se a fase de aplicação estrita do ideário neoliberal na Argentina. O escopo das políticas neoliberais ganhou sentido especialmente na Lei de Reforma do Estado (Lei nº 23.696), instrumento através do qual a política iniciada no governo militar encontrou legitimidade e uma linha de continuidade e aprofundamento. As principais disposições da lei incluíam a privatização das estatais e a capitalização de créditos por parte dos credores do Estado, estabelecendo um novo marco regulatório que permitisse uma resposta à hiperinflação.

A reforma do Estado era composta, basicamente, por dois programas, um visando a reforma das instituições públicas, e o segundo voltado para o processo de desregulamentação. A reforma das instituições públicas tinha por objetivo principal a redução do número de funcionários da administração pública e a reorganização administrativa, para o que foram instituídos metas de redução do número de

---

<sup>1</sup> Wilson Cano, no livro “Soberania e Política Econômica na América Latina” trata, de forma detalhada, não apenas o período 1970-1990, mas de toda a história política e econômica do país. Como nosso objetivo nesse trabalho é apenas a análise dos anos 90, deixamos este texto como referência para a discussão.



## asociación de economía para el desarrollo de la argentina

funcionários - de 1 milhão em 89 para 300 mil em 93 -, redução do número de secretarias, subsecretarias e direções do Estado, fechamento de 33% dos setores que empregavam funcionários não permanentes, racionalização e reorganização administrativa, dentre outros elementos.

Complementar à reforma nas instituições públicas estava o programa de desregulamentação, através do qual se pretendia realizar o afastamento do setor público enquanto regulador e incentivador de atividades econômicas. Este programa contemplava, além da flexibilização e supressão de uma série de normas e controles ditados por corporações e associações em determinados setores (como é o caso dos setores de alimentos frescos e de fármacos), eliminar dez setores públicos regulatórios de outros setores e suspender os regimes de promoção setorial.

A Reforma do Estado, aliada à necessidade de acesso ao crédito internacional – indispensável para a renegociação da dívida – foram, assim, as principais justificativas para o amplo e rápido processo de privatizações e concessões de serviços públicos. Os objetivos perseguidos pelo processo de privatização não se referiam somente ao saneamento do déficit fiscal em atendimento às reivindicações empresariais - e que era apresentado como o grande responsável pela hiperinflação –, mas também para corrigir o problema da suposta ineficiência das empresas de serviços públicos. Seguindo essa lógica, a política de privatização transferiu para grandes grupos privados internacionais setores estratégicos para o desenvolvimento econômico, tais como telecomunicações, transporte, empresas produtoras de gás e petróleo, entre outros.

Apesar dos setores privatizados terem apresentado um aumento do dinamismo - aferido pelo crescimento do produto dos serviços de infra-estrutura<sup>2</sup> – pode-se observar a ocorrência de uma fragilização das normas regulatórias sobre os serviços privatizados, o aumento da concentração privada de capital, uma desconexão entre os investimentos dos setores privados e as estratégias de desenvolvimento do país e desequilíbrios no balanço de pagamentos, no longo prazo, dado por um aumento na remessas de lucro e juros (CANO, 2000, p. 126).

Além da reforma do Estado e das privatizações, uma série de outras reformas de cunho neoliberal foram postas em prática. A reforma comercial, que consistia na adoção de mecanismos capazes de atender às pressões externas em favor de uma maior liberalização econômica e abertura comercial - tendo sido estimulada também por objetivos de curto prazo, em especial o combate à hiperinflação - tinha como principal ação a liberalização das importações, partindo da suposição de que a exposição da indústria nacional à concorrência externa forçosamente levaria a uma queda nos preços internos. Dentre as medidas postas em prática estavam o aumento dos impostos sobre exportações e a diminuição dos seus subsídios tributários, redução das restrições às importações - que chegaram a ser eliminadas em 1991 - e forte valorização cambial. Com tais medidas, houve forte crescimento em 1991, com expansão do comércio internacional e da arrecadação tributária, diminuição da inflação e melhoria geral nas contas públicas.

---

<sup>2</sup> Importante ressaltar que, apesar do aumento do nível de atividade, não ocorreu um concomitante aumento da oferta de empregos nos setores desregulamentados.



## asociación de economía para el desarrollo de la argentina

Quanto à reforma monetária e financeira, foi implementado o chamado Plano de Convertibilidade<sup>3</sup>. Tal plano permitia a livre conversibilidade ente a moeda nacional e o dólar, constituindo-se subliminarmente na principal modificação inspirada no ideário neoliberal, pois limitava significativamente o alcance das ações do Estado em favor do mercado. O processo de desregulamentação do mercado financeiro acabou dando um maior grau de liberdade ao capital estrangeiro, chegando ao ponto em que capital nacional e estrangeiro recebiam o mesmo tratamento em termos creditícios, regulatórios e tributários. Com a concessão de plena mobilidade cambial, ocorreu uma forte concentração de capital financeiro, desnacionalização, e ampliação da fragilidade financeira e da vulnerabilidade externa do país. Assim, a radical liberalização financeira posta em prática, que levou o grau de abertura financeira a um nível bastante próximo de seu limite, fez com que a expansão da base monetária se tornasse cada vez mais dependente da expansão das reservas internacionais<sup>4</sup>.

A reforma tributária, realizada entre 1990 e 1993, teve como objetivo imediato a atuação sobre a crise fiscal, e a médio e longo prazo, a desoneração das exportações e um ajuste fiscal que pudesse dar conta do desequilíbrio estrutural que o endividamento externo e interno havia gerado nas contas públicas. Foi realizada a reorganização do fisco - com focalização dos esforços da arrecadação e da fiscalização nos impostos sobre a renda, IVA e seguridade social -, instituição de nova legislação punitiva, eliminação de várias isenções e antigos privilégios fiscais, queda nas alíquotas de impostos de renda pessoal, criação de impostos sobre ativos e promulgação da lei de anistia fiscal para estimular o retorno dos capitais que deixaram o país.

A reforma do mercado de trabalho, realizada em 1993, teve o conteúdo de flexibilização, gerando forte descontentamento dos trabalhadores em relação ao governo, na medida em que criava benefícios à classe capitalista em detrimento dos trabalhadores. A aglutinação desta reação originou a Confederação dos Trabalhadores da Argentina (CTA), organização sindical paralela à Confederação Geral do Trabalho (CGT), e composta pelos sindicatos opositores ao governo. Dentre as ações postas em prática por essa reforma estão as modificações nas negociações salariais e nas negociações coletivas, flexibilização na duração dos contratos de trabalho, alteração do tempo para aviso prévio e do período de experiência (que passa de três meses para de três a seis meses), instituição do seguro desemprego, e com contribuição do trabalhador de 1% e patronal de apenas 1,5%. Como ressalta Amaral (2007), as medidas regressivas adotadas no âmbito da reforma trabalhista priorizaram a desoneração do empresário, a despeito das condições precárias de trabalho impostas ao proletariado.

---

<sup>3</sup> O Plano de Convertibilidade será tratado com maiores detalhes na próxima seção.

<sup>4</sup> Carcanholo (2002: 85-86) aponta que, além da Lei de Reforma do Estado e do Plano/Lei de Convertibilidade, as outras medidas na direção da liberalização financeira foram a Lei de Emergência Econômica de 08/89 - que concedeu as mesmas condições de tratamento regulatório, creditício e tributário para o capital externo que as possuídas pelo capital nacional -, o Decreto de Desregulamentação do Mercado de Valores de 11/91 - que eliminou impostos e outras restrições às operações com títulos mobiliários -, a Nova Carta Orgânica do Banco Central de 09/92 - que definiu sua independência, restringiu seu papel de prestador de última instância, e vetou sua atuação como financiador do Tesouro Nacional -, a autorização de ingresso de novas entidades financeiras (1993) e, por fim, o Decreto 146/1994 - que liberou e regulamentou a operação de instituições financeiras de capital estrangeiro, fornecendo-lhes tratamento regulatório idêntico às nacionais.



## asociación de economía para el desarrollo de la argentina

Por fim, foi promulgada a reforma da previdência. Dentre as mudanças, destaca-se o aumento da idade mínima para aposentadoria, tanto de assalariados (60 anos para homem e 55 para mulheres), autônomos (65 e 60 anos) quanto por idade (70 e 65 anos, além de uma comprovação de 10 anos de serviço), e substituição do sistema anterior de capitalização - que estava praticamente falido - com o qual o Governo socializou os prejuízos do antigo e do novo sistema e privatizou os lucros do novo.

### 1.1.2 Os Planos de Estabilização

De forma a complementar às reformas estruturais postas em prática, o governo Menem, ainda no início de seu mandato, promulgou e implementou um programa de estabilização seguindo as recomendações das agências multilaterais, sobretudo FMI e Banco Mundial. O primeiro plano adotado foi o Plano BB, que tinha como principais objetivos o reajuste de tarifas públicas e redução nos gastos públicos. Dentro dessa lógica, adotaram-se medidas de redução dos investimentos, suspensão por tempo determinado de todos os subsídios e incentivos fiscais, aumento de impostos sobre exportações e fortes desvalorizações cambiais, baixos reajustes salariais e corte na oferta monetária. Os resultados imediatos foram o aumento da taxa de juros - embora em níveis inferiores à inflação -, uma hiperinflação de cerca de 5000% - em consequência também da inflação acumulada do período anterior, de 715% -, desequilíbrio fiscal e recessão econômica, com queda de 6,4% no PIB.

A permanência da inflação e a profunda recessão levaram à adoção de um segundo plano em 1990. O Plano *Bonex*, mais conservador e intenso que o anterior, tinha como principal objetivo realizar um “tratamento de choque” na economia, promovendo a troca compulsória de depósitos a prazo nos bancos por títulos de dívida pública dolarizados (os chamados *Bonex*), pagáveis em dez anos e com diferença cambial a favor do governo. Para sua concretização, as taxas de juros foram elevadas acima do valor da inflação. De acordo com Cano (2000), isso provocou perda patrimonial aos depositantes e redução de ativos de curto prazo em moeda nacional e dolarizou ainda mais a economia. Além disso, foi realizada uma valorização cambial, em 41%. Porém, a inflação mostrou resistência à baixa, atingindo 2314,7%, de forma que a economia fechou o ano de 1990 com uma queda no PIB de 0,5% e um déficit fiscal de 3,8%, apresentando uma taxa de crescimento econômico de -1,8%.

No início de 1991, o governo anunciou as medidas fiscais e cambiais que preparavam o terreno para a implantação de um terceiro plano. Este, chamado Plano de Convertibilidade, ficou marcado pela ancoragem cambial - na relação de 10.000 austrais para 1 dólar - aproveitando-se da grande dolarização já atingida pela economia. “*Com isso, praticamente se instala o sistema de currency board, uma nova versão do padrão ouro, restringindo a base monetária ao montante das reservas do Banco Central, seus outros ativos externos e títulos públicos emitidos em moeda estrangeira nele depositados*” (CANO, 2000: 138). A partir de então, a expansão dos meios de pagamento em moeda nacional ficou restrita ao aumento das reservas internacionais.

Além de autorizar a realização de depósitos, contratos e outros pagamentos em moeda estrangeira e a livre conversibilidade entre a moeda nacional e o dólar, outras medidas relevantes dentro desse plano foram a elevação das taxas de juros, o





## asociación de economía para el desarrollo de la argentina

congelamento dos salários e condicionamento do aumento dos salários dos trabalhadores do setor privado ao aumento da produtividade, a aceleração da abertura comercial, o acordo de preços com empresários e a desindexação obrigatória - com conversão dos saldos devedores em moeda nacional à taxa de câmbio).

Este plano obteve sucesso nos seus objetivos, alcançando uma inflação de 1% (sendo que, no primeiro, era de 15%). Porém, o êxito da estabilização trouxe seqüelas. A abertura comercial e o câmbio baratearam as importações e os serviços internacionais, levando a um déficit do balanço em transações correntes de 10,1 bilhões em 94. O enorme rombo foi coberto por elevadas entradas de capital estrangeiro autônomo – algo em torno de 44 bilhões de dólares – elevando a dívida externa de 62 para 79,5 bilhões de dólares entre 1991 e 1994. Do ponto de vista financeiro, as restrições ao crédito nacional, impostas pela política de estabilização, aliada aos altos juros internos, favoreceram a expansão do crédito bancário, via repasse de empréstimos internacionais de curto prazo.

## **2. A concepção de desenvolvimento da CEPAL**

### **2.1 O Pensamento Clássico da CEPAL**

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, e diante da desorganização do quadro das economias a nível mundial, a Organização das Nações Unidas (ONU) se lança na criação das comissões econômicas, com o exato objetivo de organizar as relações internacionais entre os diferentes países, em especial na relação entre os países do centro e os países periféricos. É a partir desse processo que, em 25 de fevereiro de 1948, o Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC) cria a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). O objetivo principal da Agência seria a fundamentação de uma análise econômica e de uma base institucional que criasse condições para que o desenvolvimento da região se firmasse de forma autônoma. Sua estrutura inicial permitiu que um corpo técnico reduzido cumprisse a função de formular uma interpretação do desenvolvimento capitalista a partir da ótica dos países da América Latina. Esta interpretação tornou-se referência no seu tempo e clássica em termos de história do pensamento econômico.

A formulação da CEPAL propunha-se a identificar os obstáculos que se impunham à implantação da modernidade capitalista e definir os instrumentos de intervenção, capazes de elevar a condição de desenvolvimento dos países latino-americanos ao nível dos países desenvolvidos. Assim, o pensamento estruturalista cepalino construía-se a partir do diagnóstico da transição que se observava nas economias subdesenvolvidas latino-americanas e da proposição de ações de Estado para acelerar o desenvolvimento. Autores como Raúl Prebisch, Aníbal Pinto, Celso Furtado e Aldo Ferrer formularam um modelo de desenvolvimento pela via da industrialização, uma vez que entendiam que a industrialização era o elemento aglutinador e articulador do desenvolvimento, progresso, modernidade, civilização e democracia política.



## asociación de economía para el desarrollo de la argentina

Instrumentalizado a partir da teoria estruturalista do subdesenvolvimento periférico<sup>5</sup>, o pensamento da CEPAL tinha como princípio normativo à idéia da necessidade da contribuição do Estado ao ordenamento do desenvolvimento econômico nas condições da periferia latino-americana. A partir dessa perspectiva, foram gestadas as idéias que vieram a dar base ao desenvolvimento de políticas públicas nacionais dos países da região, indicando claramente o caminho da industrialização com intervenção do Estado para a superação da condição de subdesenvolvimento relativo desses países, assim como para a alteração estrutural das suas inserções na divisão internacional do trabalho. Contudo, suas propostas de políticas preservavam as estruturas de poder existentes<sup>6</sup>.

A teoria estruturalista da CEPAL partia da discussão da transferência de renda da periferia para o centro como forma de elaborar caminhos alternativos para o que os países da região conseguissem se desenvolver. A idéia posta pela Agência era de que, por conta de sua posição no mercado internacional – enquanto produtor e fornecedor de bens primários, os quais possuem baixo valor agregado em comparação com os bens industrializados produzidos nos países centrais – os países latino-americanos acabavam por transferir renda aos países desenvolvidos, processo de impedia o desenvolvimento capitalista da região e tornava a região economicamente dependente da demanda gerada nos países centrais. Para superar essa restrição externa, a CEPAL propunha que esses países implementassem um plano de desenvolvimento industrial – que, na prática, foi efetivado através do Processo de Substituição de Importações – o qual quebrasse com a lógica de necessidade de importação de bens industrializados, além de permitir que os países latino-americanos passassem a uma nova etapa do seu desenvolvimento capitalista. No entanto, por conta da restrição de capital privado para a consolidação desse processo, o mesmo deveria ser comandado através das bases do Estado.

Importante frisar que, *“para os autores cepalinos, o desenvolvimento nas condições da periferia latino-americana não seria uma etapa de um processo universal de desenvolvimento (...), mas um processo inédito, cujos desdobramentos históricos seriam singulares à especificidade de suas experiências, cabendo esperar-se seqüências e resultados distintos aos que ocorreram no desenvolvimento dos países centrais”* (BIELSCHOWSKY, 1998, p. 22). Outro ponto importante a ressaltar é que os ideólogos da CEPAL não estavam preocupados em resolver os problemas resultantes do desenvolvimento capitalista - enquanto um processo que tem sua dinâmica baseada na exploração do trabalho, na apropriação privada da riqueza e da renda, a partir da concentração e centralização do capital; o que pretendiam era colocar os países latino-americanos nos “rumos certos” do desenvolvimento, de forma a diminuir as desigualdades existentes. Por isso, apesar de ser considerada inovadora e de propor uma

---

<sup>5</sup> Segundo Bielschowsky, a perspectiva estruturalista de Prebisch propunha examinar a forma como se dava à transição de modelos na América Latina, que se repousava sobre a condição de que o processo produtivo se movia sobre uma estrutura econômica e institucional subdesenvolvida, herdada do período exportador.

<sup>6</sup> A CEPAL, enquanto representante da burguesia industrial, articulou todo o seu pensamento de forma a encontrar saídas para que o desenvolvimento industrial não afetasse a questão agrária, já que, na região, o setor exportador e a industrialização formaram uma aliança muito peculiar, que permitia uma política de sobrevivência do latifúndio apoiada pela burguesia industrial.



## asociación de economía para el desarrollo de la argentina

alternativa ao pensamento ortodoxo dominante, a CEPAL não contestava a ordem social capitalista.

Apesar do esforço da Agência em promover o desenvolvimento, a crise da década de 1980, aliada à avaliação – construída principalmente nos meios acadêmicos – de que as condições de financiamento do “Estado desenvolvimentista” haviam chegado ao limite das possibilidades de expansão, e mais, que os países da região haviam alcançado condições espúrias de competitividade, mostravam claramente a fragilidade das bases sobre as quais os países latino-americanos haviam se desenvolvido. Diante de tal quadro, mostravam-se como desafios para a década o encontro dos caminhos perdidos do desenvolvimento, através de um crescimento sustentável, fortalecimento da democracia e o ajuste das economias.

### **2.2 A Nova CEPAL na Década de 1990**

No início do ano de 1990, a CEPAL passa por uma revisão de pensamento em razão dos novos temas propostos pelo Consenso de Washington<sup>7</sup> – e também pela força com que este se impõe sobre os países da região - e da hegemonia neoliberal que se estabelece internacionalmente nos meios acadêmicos, diplomáticos e nas agências internacionais. Como sugerido no item anterior, essa revisão é resultado de uma avaliação de que as condições de financiamento do “Estado desenvolvimentista” haviam chegado ao limite das possibilidades de expansão. Além disto, a revisão está ligada a investigações da CEPAL que mostraram que os países da região haviam construído condições espúrias de competitividade. Em decorrência, certamente avaliando-se que as condições de regulação de mercado já estavam construídas pelo processo histórico de industrialização, a CEPAL incorpora a recomendação, já dominante nos países industrializados, de que a competitividade constrói-se em nível das unidades produtivas mediante a concorrência aberta no espaço do mercado.

Diante de tal quadro, mostravam-se como desafios para a década o encontro dos caminhos perdidos do desenvolvimento, através da promoção de um crescimento sustentável, do fortalecimento da democracia, e do ajustamento das economias, que se daria através de ações como estabilização, incorporação ao processo de mudança tecnológica, modernização do setor público, melhoria na distribuição de renda, entre outros. A estratégia para se orientar dentro de tais desafios seria a busca de uma transformação produtiva com equidade dentro de um contexto de maior competitividade internacional. Tal estratégia exigiria ainda uma combinação do manejo macroeconômico com políticas setoriais e a integração de políticas de curto e longo prazo, bem como a ocorrência de mudanças institucionais com orientações de longo

---

<sup>7</sup> O Consenso de Washington consiste em uma agenda de políticas econômicas a serem implementadas na América Latina, e tinha como principal objetivo a estabilização econômica, que “prepararia o terreno” para a região voltasse a crescer. Esse conjunto de políticas, formulada por John Williamson em uma conferência organizada pelo Instituto de Economia Internacional em 1989, possui vários pontos em comum com as sugestões de políticas econômicas apresentadas pela CEPAL nos anos 90. Em especial, destacamos as reformas fiscais, a competitividade pela via do mercado, abertura comercial e financeira, incentivo às exportações, e circunscrição do Estado ao papel regulador.



## asociación de economía para el desarrollo de la argentina

prazo, nas quais pudesse basear uma nova forma de interação entre os agentes públicos e privados.

As propostas da Nova CEPAL, que se enquadravam aproximativamente no contexto ortodoxo, contrariavam o pensamento clássico da agência, de crítica à ortodoxia. Duas características se destacavam dentro desse novo pensamento: o desenvolvimento se daria pela via do mercado e o Estado teria um papel de regulação e estímulo das decisões privadas, fator que seria responsável pelo crescimento e desenvolvimento. Somado a isso, defendia ainda a abertura econômica como forma de obter uma competitividade legítima via baixos salários, com incentivo à concorrência externa e, conseqüentemente, o estímulo ao aumento da produtividade interna, aliada a um Estado que possui um papel ativo<sup>8</sup>, regulando mercados e priorizando as decisões privadas.

Dessa forma, a proposta da Nova CEPAL passa a ser o de gerenciamento e direcionamento dos efeitos da abertura comercial e da liberalização financeira externa<sup>9</sup>, de forma a canalizar o capital externo para as atividades produtivas voltadas para exportação, ao mesmo tempo em que se busca a equidade social. Essas novas direções deveriam ser implementadas dentro do contexto de “*reforma das reformas*”, ou seja, de se reformular as políticas anteriormente implementadas e que não tiveram resultados satisfatórios, de forma a se aproveitar da melhor maneira possível as “novas oportunidades” que se apresentavam, dentro de uma maior competitividade internacional - já que os países passavam por um processo de reformas pró-mercado - em especial de abertura de suas economias frente à concorrência internacional. A idéia de “*reforma das reformas*”, como significava muito mais o gerenciamento de imperfeições no mercado do que uma política de desenvolvimento propriamente dita, mostra como a CEPAL, na década de 1990, acompanhou o pensamento convencional, liberal, conservador e ortodoxo.

Assim, as políticas macroeconômicas, que nos períodos anteriores tinham a clara função de estímulo ao desenvolvimento da produção que interferisse nas decisões microeconômicas de investimento, passam a buscar primordialmente a estabilização. Tais políticas ganharam, de acordo com as exigências das agências internacionais – como FMI, BIRD e BID – um conteúdo estrutural, impondo reformas neoliberais ao Estado em favor do mercado, já que a ação ampla do Estado estaria impedindo a operação da função de regulação macroeconômica. Alcançando a estabilização, através das reformas neoliberais, a alteração na inserção internacional seria dada pela sinalização do mercado. Esse era o ideário de política econômica e social defendida pela CEPAL na década de 1990.

---

<sup>8</sup> Por Estado ativo, entende-se um Estado que regule os mercados (garantindo o melhor ambiente institucional para as decisões privadas), a livre iniciativa e o estímulo à concorrência, ou seja, que permita ao mercado a primazia na definição do desenvolvimento.

<sup>9</sup> A partir de então, as políticas neoliberais, já amplamente aceitas nos meios acadêmicos, e para além disso, já implementadas experimentalmente em alguns países, passaram a ser o parâmetro de políticas de desenvolvimento, de forma que a partir destas seriam formuladas toda e qualquer tipo de políticas, incluindo aquelas que tendiam a minimizar os efeitos sociais resultantes do processo de abertura comercial e financeira. Tal idéia se enquadra dentro da perspectiva de correção das imperfeições de mercado.



## asociación de economía para el desarrollo de la argentina

A partir do exposto, tem-se que a Nova CEPAL não se apresenta mais como uma Escola do Pensamento. Hoje ela se enquadra bem mais agência multilateral com responsabilidades bem definidas de promoção do desenvolvimento de seus membros, realizando uma série de estudo e pesquisas que dêem suporte à elaboração de tais políticas – função essa que, por si só, passou a ser o foco central da Agência ao longo dos últimos anos. Por isto, seus documentos espelham a opinião oficial média dos países da região. Tem sido comum referir-se ao ideário dominante na agência como neo-estruturalista, traduzindo a manutenção dos temas clássicos, porém numa perspectiva mais convencional.

### **2.2.1 Orientações para a planificação de políticas econômicas**

Nos termos da Nova CEPAL, a ocorrência de uma transformação produtiva não pode ser resultado apenas de uma estabilização macroeconômica ou da aplicação de uma política de preços adequados, mas sim da combinação de fatores como administração macroeconômica, políticas setoriais e integração de políticas de curto e longo prazo. Já a ocorrência do desenvolvimento com equidade pressupõe que a transformação seja acompanhada de medidas redistributivas, como oferta serviços técnicos e programas de capacitação para microempresários e trabalhadores autônomos, reformas nos mecanismos de regulação burocrática (para facilitar a formação de novas empresas), adequação dos serviços sociais às necessidades dos setores mais pobres, aproveitamento da potencialidade redistributiva da política fiscal.

Segundo a Agência, a cooperação entre os países da região contribui de maneira vital para que tais transformações possam ser garantidas. Entretanto, os resultados positivos ou negativos não podem ser exclusivamente atribuídos à implementação de políticas ou reformas estruturais, pois todo o ambiente econômico é influenciado tanto pelo contexto internacional quanto por outros processos em andamento na região, como os efeitos na crise da dívida, da concentração de riqueza e da segmentação social.

Todo o anterior exposto parte da lógica de que o conteúdo, formulação e aplicação de estratégias e políticas econômicas deverão ocorrer em um contexto democrático, pluralista e participativo. A CEPAL pontuava que os padrões de desenvolvimento da região latino-americana precisavam ser reorientados de modo a se reduzir a desigualdade social - em todas as suas manifestações - já que a região era caracterizada pelo maior nível de desigualdade do mundo. Assim, ao mesmo tempo em que a região busca formas mais estáveis e mais dinâmicas de crescimento econômico, deve também buscar uma forma de desenvolvimento socialmente integradora. Tal esforço deve ser associado à criação de uma malha social que permita o desenvolvimento de sociedades mais integradas.

Igualdade, desenvolvimento econômico e cidadania são três elementos em torno dos quais giram os complexos desafios que a região latino-americana enfrenta. Baseado nisso, a CEPAL propunha alguns elementos que deveriam ser levados em consideração na formulação das políticas de reestruturação, que tem entre seus objetivos melhorar a inserção internacional, favorecer a articulação produtiva e induzir a uma interação entre os agentes públicos e privados. Em conjunto, esses três objetivos configuram o



asociación de economía para  
el desarrollo de la argentina

fortalecimento da competitividade autêntica, critério estratégico que orienta a proposta de transformação produtiva.

As políticas recomendadas se estruturavam sobre esses três objetivos e requeriam, para sua projeção e instrumentação, um contexto institucional caracterizado por acordos estratégicos<sup>10</sup>, que se referem ao suporte institucional da proposta de transformação produtiva com equidade. Logicamente, cada país apresenta problemas específicos nos campos econômico, social, político. Mas pode-se observar certo consenso a respeito da necessidade de uma transformação nas estruturas produtivas, e também quanto às políticas orientadas para alcançar o crescimento e equidade.

### **3. Avaliação das políticas recomendadas pela CEPAL e das políticas implementadas na Argentina na década de 1990.**

O sistema econômico mundial tem avançado, nos últimos vinte anos, como resultado do processo de globalização, a uma profunda internacionalização dos mercados. Paralelamente, a globalização se mescla com outra tendência de grande relevância, a transformação da estrutura dos processos produtivos. Dentro de tal perspectiva, a Argentina optou por uma estratégia de inserção internacional e abertura comercial, dentro da qual se inserem numerosos desafios que orientaram a definição das principais políticas econômicas da década de 1990.

Dentro da perspectiva dessa nova tendência da economia mundial, bem como da reorientação do pensamento da CEPAL na última década, passemos a análise comparativa entre as principais políticas recomendadas pela Agência e as políticas econômicas implementadas na Argentina nos anos 1990<sup>11</sup>. Para isso, abordaremos as seguintes dimensões: i) políticas de apoio à inserção internacional, que incluem política comercial, cambial, tecnológica e de criação de empresas; ii) políticas de fortalecimento da articulação produtiva, que diz respeito à articulação intersetorial e do sistema financeiro; iii) e por fim, políticas de interação entre os agentes público e privado, que se referenciam ao novo papel do Estado na economia, além de incluir políticas voltadas para a área social.

No que diz respeito à primeira dimensão – políticas de apoio a inserção internacional –, a CEPAL propõe a realização de uma maior abertura da economia e manutenção de uma taxa de câmbio real elevada e estável que, ao incentivar o aumento das importações, estimularia a transformação produtiva através da indução ao aumento da produtividade e estímulo à incorporação do progresso técnico. Tal abertura deveria estar associada a uma política de complementação da infra-estrutura tecnológica, principalmente através da articulação entre o sistema de pesquisa e desenvolvimento e o

---

<sup>10</sup> Conjunto de acordos de longo prazo entre o Estado e os principais agentes políticos e sociais, que visam alcançar os objetivos citados; tais acordos permitem legitimar ações e mecanismos que, de um lado, incentive comportamentos convergentes em busca de objetivos comuns, e de outro, inibam ações de interesses grupais que possam comprometer os interesses coletivos.

<sup>11</sup> Para uma avaliação da convergência entre as políticas recomendadas pela CEPAL a partir da década de 1990 e as políticas neoliberais, ver Graciolli e Duarte, 2009.



## asociación de economía para el desarrollo de la argentina

sistema produtivo – além da já citada incorporação do progresso técnico – e também ao incentivo à criação de novas empresas.

A Argentina promoveu a abertura comercial, tendo em vista principalmente objetivos de curto prazo, como o combate a inflação, além da estratégia de incentivar o desenvolvimento da indústria através da exposição desta à concorrência internacional. De forma complementar, a reforma tributária atuou sobre a crise fiscal, no sentido de corrigir os desequilíbrios estruturais que, ao ampliar o endividamento externo, aumentavam a vulnerabilidade externa do país. Também com vistas ao combate à inflação, o câmbio foi mantido elevado durante a década, mesmo causando problemas em termos do barateamento dos gastos em moeda estrangeira e alteração dos preços relativos. Tais fatos permitiram uma maior incorporação de tecnologias, e conseqüentemente, a modernização da base produtiva, mesmo que tal fato tenha se dado em detrimento do desenvolvimento tecnológico.

Quanto à segunda dimensão – políticas de fortalecimento da articulação produtiva – a CEPAL propõe, tendo em vista a necessidade de se reorientar o destino dos investimentos, a modernização e desenvolvimento do sistema financeiro, de forma a permitir a ampliação das possibilidades de captação de verbas voltadas ao financiamento de projetos de investimento que limitem o risco creditício das instituições de desenvolvimento<sup>12</sup>. Com um sistema financeiro mais bem articulado, a superação do viés urbano-industrial na destinação dos investimentos econômicos e dos gastos sociais poderia ser realizada eficientemente, principalmente através da revalorização do espaço rural. Importante também frisar a importância dada ao fortalecimento da articulação intersetorial, através da consolidação de uma logística eficiente de produção, transporte e comercialização, que impactaria diretamente em uma maior articulação competitiva internacional.

A reforma monetária e financeira promovida pela Argentina tinha em vistas uma maior abertura e desregulamentação do mercado financeiro, como forma de permitir uma maior e mais livre entrada de capital estrangeiro, destinado tanto à promoção de novos investimentos quanto ao equilíbrio do balanço de pagamentos. Nesse sentido, foi permitida a livre conversibilidade entre a moeda nacional e o dólar, assim como foi dado o mesmo tratamento, em termos creditícios e regulatórios, entre capital nacional e estrangeiro. Embora grande parte dos capitais que entraram no país fossem de caráter não-produtivo, e além disso, os prejuízos causados sobre a indústria nacional por conta do aumento desenfreado das importações, houve um relativo crescimento em alguns setores decorrentes de novos investimento, como é o caso do setor agropecuário, do setor extrativo mineral e da indústria de transformação.

Quanto à terceira dimensão – políticas de interação entre os agentes público e privado – a CEPAL faz recomendações principalmente em relação ao novo papel desempenhado pelo Estado, que deve se direcionar de um papel ativo em termos de investimento industrial e em infra-estrutura, para um papel mais seletivo, em termos de simplificação e descentralização de suas intervenções e melhorias na capacidade de

---

<sup>12</sup> Em termos do sistema financeiro, é importante ressaltar que, na década de 1990, um dos objetivos fundamentais dos bancos e fundos de investimento era a captação por eles mesmos, no mercado, de fundos de médio e longo prazo que complementassem os recursos passíveis de ser fornecidos ou canalizados para o setor público.



## asociación de economía para el desarrollo de la argentina

previsão de médio prazo através de novas modalidades de planejamento. Nesse sentido, o Estado deveria desempenhar um importante papel em termos de regulação, delimitando as áreas sujeitas à regulamentação pública e aquelas nas quais prevalecem os mecanismos de mercado, além de criar as condições necessárias – em termos de políticas fiscais e comerciais – para que o setor privado tenha condições de se consolidar, e conseqüentemente, promover o desenvolvimento econômico. Além disso, para aquelas empresas que permanecesse sobre o controle público, o Estado deve redefinir inovações em termos de gestão, saneamento financeiro e fortalecimento das sinergias tecnológicas com o setor privado, no sentido de se evitar possíveis defasagens tecnológicas.

Em termos do papel do Estado, foram realizadas reformas nas instituições públicas e um programa de estabilização, que tinham como principal objetivo o afastamento do setor público enquanto promotor de atividades econômicas. Para tanto, efetivou-se um amplo processo de privatização, que teoricamente permitiria o saneamento do déficit fiscal e a correção dos problemas de ineficiência dos serviços públicos. Com isso, observou-se uma fragilização dos serviços de regulação e uma clara desconexão entre os investimentos efetivados pelo setor privado e aqueles vistos como necessários para correção dos desequilíbrios do balanço de pagamentos. Nesse sentido, coube ao Estado apenas o papel de promotor de políticas de incentivo aos investimentos privados, principalmente através de incentivos fiscais e financeiros.

Por fim, cabe ressaltar algumas recomendações em termos de políticas sociais, uma vez que, para a década de 1990, o principal desafio das economias é a transformação produtiva associada à equidade social. Nesse sentido, a CEPAL propõe a criação de programas de capacitação, que vão desde a educação básica até a diversificação e habilitação dos trabalhadores. A estratégia principal é a instituição de órgãos de assistência técnica, financeira e de capacitação. Tais políticas, ao permitir aos indivíduos maiores e melhores oportunidades de emprego, exercem uma influência direta sobre outras questões sociais, como aumento do nível de renda e melhoria na qualidade de vida e acesso à educação, criando uma situação favorável à diminuição das desigualdades sociais.

Na Argentina, houve um ligeiro aumento dos gastos públicos em relação ao PIB, de forma que este foi o mais alto verificado na América Latina para o período considerado. Grande parte desses gastos foi destinado à saúde, mesmo em decorrência do aumento dos preços relativos dos serviços médicos. Apesar disso, nota-se uma ampla privatização de diversos serviços ligados à saúde e educação. Tal fato, somado a precarização do mercado de trabalho – observada tanto na ampliação do desemprego quanto na queda do salário médio real – criaram condições não muito favoráveis em termos sociais, refletindo diretamente em uma deterioração da distribuição de renda.

### **Considerações finais**

Como foi apontado na introdução, o artigo sustentou-se em três hipóteses. A primeira delas é que as mudanças nas recomendações de política de desenvolvimento feitas pela CEPAL interferiram nas políticas implementadas na Argentina, desde os





## asociación de economía para el desarrollo de la argentina

anos 1980, legitimando parte das ações que já vinham sendo realizadas desde os anos 1970. Os documentos levantados pela pesquisa mostraram indícios de que há uma convergência significativa entre as medidas sugeridas pela CEPAL e a política econômica da Argentina.

Mesmo sendo a economia da Argentina uma das principais da América Latina, em especial pela posição que ocupa em termos do Mercosul e pela sua relativa inserção internacional, denota-se a possibilidade que os sucessivos governos argentinos tenham se submetido e se acomodado à visão hegemônica internacional, seguindo na sua política econômica as orientações ditadas pelas agências internacionais. Tal fato é de extrema importância, na medida em que, pela sua importância em termos econômicos, a Argentina configura-se como um país pertencente ao foco das preocupações da CEPAL.

A segunda hipótese é que há uma primazia das ações macroeconômicas – em especial no que diz respeito às políticas de estabilização - sobre as demais ações realizadas no âmbito das políticas de desenvolvimento adotadas pela Argentina. Neste caso, os documentos oficiais são fontes seguras para demonstrar esta opção, assim como o são as medidas concretas de política econômica. De resto, trata-se de uma concepção que está presente no conjunto dos países da região.

Por fim, há a hipótese de que as políticas de desenvolvimento implementadas no país foram incapazes de alterar estrutural e favoravelmente a inserção do país na divisão regional e internacional do trabalho. É preciso esclarecer que, aqui, refere-se a uma possível alteração em favor de uma inserção de exportação de produtos de valor agregado relativo maior, que foi o foco das políticas de desenvolvimento implementadas na região nos anos 1950 e 1960. Na verdade, constata-se uma reversão da pauta de exportação em favor de produtos primários ou de baixo conteúdo tecnológico. Tal fato certamente teve um impacto direto sobre o desempenho global da economia, em especial para o período analisado, dado o aumento da vulnerabilidade externa, com queda nas taxas de crescimento do PIB e deterioração das condições sociais.

Fica assim esboçada uma interpretação sobre o modelo de desenvolvimento da economia da Argentina nos anos 1990, que certamente merece um aprofundamento analítico maior. Se o olhar for feito pela dimensão social, há uma perda de qualidade de vida da população argentina em relação aos seus níveis históricos. Todavia, se o olhar for feito apenas nos resultados macroeconômicos, pode-se dizer que, relativamente, houve resultados mais favoráveis, ainda que os mesmos caminhem no sentido da resolução de questões de curto prazo – e, nesse sentido, não se direcionam à resolução dos problemas estruturais historicamente demarcados na economia do país. Da perspectiva trabalhada neste artigo, não há como se desprezar a deterioração das condições sociais, pois são elas que dão a base para o avanço da sociedade, ao mesmo tempo em que consistem no indicador síntese do nível de desenvolvimento.



asociación de economía para  
el desarrollo de la argentina

### Referências Bibliográficas

Banco Central da Argentina - [www.bcra.gov.ar](http://www.bcra.gov.ar)

Instituto Nacional de Estadística y Senso – [www.indec.gov.ar](http://www.indec.gov.ar)

International Financial Statistics (IFS) – Fondo Monetário Internacional.

World Development Indicators – [www.web.worldbank.org](http://www.web.worldbank.org)

AMARAL, M.S. **A Investida Neoliberal na América Latina e as Novas Determinações da Dependência**. 2006. Dissertação (Mestrado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia. 2006.

BANBACI, Juliana; SARONT, Tamara; TOMMASI, Mariano. **La Economía Política de las Reformas Económicas en la Argentina**. Cuadernos de Economía, volume 37, número 112. Santiago do Chile, 2000.

BIELSCHOWSKY, R. (org.) (2000) **Cinquenta anos de pensamento da CEPAL**. Rio de Janeiro. Editora Record.

CARCANHOLO, M. D. **Abertura Externa e Liberalização Financeira: Impactos sobre crescimento e distribuição no Brasil dos anos 90**. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2002.

CANO, Wilson. (2000) **Soberania e Política Econômica na América Latina**. São Paulo. Editora UNESP.

CEPAL (1990) **Transformación Productiva com Equidad**. Santiago, Chile. 185p.

\_\_\_\_\_. (1996). **Panorama de la inserción internacional de América Latina y el Caribe**. Santiago, Chile.

\_\_\_\_\_. (2000) **Equidad, Desarrollo y Ciudadanía**. Santiago, Chile. 333p.

DONGHI, Tulio Halperin. “**Un Cuarto de Siglo de Historiografía Argentina (1960-1985)**”. Revista Desarrollo Económico Vol XXV N°100. 1986.

DUARTE, Marisa. **Refoma del Estado en la Argentina – El Debate Parlamentario de la Ley 23696/89**. Artigo retirado do site: <http://www.epoca.step.net.ar/revistas>. Acesso em 15 de Maio de 2006.

FAJNZYLBER, F. (1983) **La industrialización trunca de América Latina**. México, D.F., Editorial Nueva Imagen.



asociación de economía para  
el desarrollo de la argentina

\_\_\_\_\_. (1989) **Industrialización en América Latina: de la "caja negra" al "casillero vacío"**. Comparación de patrones contemporáneos de industrialización. Cuadernos de la CEPAL, Núm. 60, Santiago, Chile, Nações Unidas.

FRANÇA, J.L.; BORGES, S.M.; VASCONCELOS, A.C.; e MAGALHÃES, M.H.A. (1998) **Manual para Normalização de Publicações Técnico-Científicas**. 4ª. Edição; Belo Horizonte: Editora da UFMG.

GRACIOLLI, E.; DUARTE, P. H. E. (2009). **A Nova CEPAL à luz da Teoria Marxista da Dependência**. Anais do XIV Encontro Nacional de Economia Política – PUC-SP. 09 a 12 de junho de 2009.

HEYMANN, Daniel. **Políticas de Reforma y Comportamiento Macroeconómico: La Argentina en los Noventa**. CEPAL – Serie Reformas Económicas. Maio de 2000.

POLETO, D.W. (coord.) (2000) **50 Anos do Manifesto da CEPAL**. Porto Alegre, RGS: EDIPUCRS.

PREBISCH, R. (1983) **Cinco Etapas de mi Pensamiento sobre Desarrollo**. In El Trimestre Económico, Vol. L (2), abril-junho, pp 1077-1098.

\_\_\_\_\_. (1985) **La periferia latinoamericana en la crisis global del capitalismo**. Revista da CEPAL N<sup>o</sup> 26, Santiago, Chile.

SANTOS, Theotônio dos. (2000) A CEPAL e a Substituição de Importações. In:\_\_\_\_\_. **Teoria da Dependência: Balanço e Perspectivas**. Parte 2: Desenvolvimento e Dependência no Pensamento Social Latino-Americano. 1 edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. Cap. 2, p. 79 – 86.

\_\_\_\_\_. (2000) A Temática do Desenvolvimento: Continuidade e Mudança. In:\_\_\_\_\_. **Teoria da Dependência: Balanço e Perspectivas**. Parte 2: Desenvolvimento e Dependência no Pensamento Social Latino-Americano. 1 edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. Cap. 1, p. 71 – 77.

STALLINGS, B. PERES, W. (2000) **Crecimiento, Empleo y Equidad: El Impacto de las Reformas Económicas en América Latina y el Caribe**. Santiago, Chile. Fondo de Cultura Económica – CEPAL.

WELTERS, A. (2001) **Tecnologia, Distribuição de Renda e Implicações para o Crescimento: Algumas Notas sobre a Visão da CEPAL nas Décadas de 1970 e 80**. in Anais do VI Encontro Nacional da SEP. São Paulo, junho.

TRASPADINI, R.; STEDILE, J.P. **Ruy Mauro Marini: Vida e Obra**. 1 edição. São Paulo: Expressão Popular, 2005.



asociación de economía para  
el desarrollo de la argentina

WILLIAMSON, J. (1997). **The Washington Consensus Revisited**. In EMMERIJ, L. (editor) *Economic and Social Development into XXI Century*. Washington, Inter-American Development Bank, pp 48-61.